

A Casa da Misericórdia do Fundão: análise e contextualização arquitetónico-artística

The Santa Casa da Misericórdia of Fundão: analysis and architectural-artistic contextualization

JOANA Balsa de Pinho

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Centre for Literature and Lusophone and European Cultures (CLEPUL), Faculty of Arts, University of Lisbon

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

ARTIS – Institute of Art History, Faculty of Arts, University of Lisbon

joanabalsapinho@gmail.com

RESUMO

As confrarias da Misericórdias, instituídas para cumprir as Obras de Misericórdia, constituíram-se, no domínio da sua atividade, como importantes promotoras de diferentes manifestações patrimoniais; neste contexto, destaca-se a Casa da Misericórdia. A Casa da Misericórdia designa os edifícios promovidos pelas confrarias da Misericórdia no contexto da sua atividade caritativa e consubstanciam a arquitetura construída com uma finalidade assistencial mais relevante durante a Idade Moderna em Portugal. O presente texto procurará identificar e analisar as características arquitetónico-artísticas da Casa da Misericórdia do Fundão, contextualizando-a no âmbito da arquitetura promovida pelas Misericórdias durante a época Moderna e das grandes problemáticas inerentes ao fenómeno arquitetónico nos contextos destas confrarias.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, Assistência, Confrarias da Misericórdia, Idade Moderna.

ABSTRACT

The confraternities of the Mercies instituted to fulfill the Works of Mercy, were, in the field of their activity, important promoters of different patrimonial manifestations. In this context, the Santa Casa da Misericórdia appears paramount. The Santa Casa da Misericórdia designates the buildings promoted by the confraternities of the Misericórdia in the context of their charitable activity and consubstantiate the architecture built with a more relevant assistance purpose during the Modern Age, in Portugal. This text will seek to identify and analyze the architectural and artistic characteristics of the Casa da Misericórdia of Fundão, contextualizing it within the framework of the architecture promoted by the Mercies during the Modern era and the great problems inherent to the architectural phenomenon in the contexts of these confraternities.

KEYWORDS

Architecture, Assistance, Confraternities of the Mercies, Modern Age.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto pretende identificar e analisar as características arquitetônicas e artísticas da Casa da Misericórdia do Fundão, contextualizando-a no âmbito da arquitetura promovida pelas confrarias das Misericórdias durante o século XVI; decorre das pesquisas que realizámos no nosso projeto de doutoramento em que analisámos cerca de duas centenas de edifícios promovidos pelas Misericórdias; alia as consultas bibliográficas e documentais a um exaustivo levantamento arquitetónico *in situ*; e originou um conjunto de conhecimento sólidos que nos permitem, atualmente, realizar uma reflexão geograficamente localizada, tendo por base o conhecimento global e disperso por Portugal continental relativo às grandes problemáticas inerentes ao fenómeno arquitetónico no contextos das Confrarias da Misericórdia portuguesas nomeadamente a caracterização e contextualização dos edifícios promovidos por estas confrarias para servir como base edificada da sua atividade primordial – a assistência.

As Confrarias da Misericórdia, cuja primeira fundação ocorreu no ano de 1498, na cidade de Lisboa, resultaram da iniciativa laica, com finalidade assistencial, mais relevante em Portugal durante a Idade Moderna, difundiram-se por todo o país, sendo instituídas cerca de duzentas e cinquenta Misericórdias em apenas cem anos (SOUSA, I. C., 1998; SÁ, I. G., 2001; PAIVA, J. P. (coord.), 2003-2005: vols. 2-4). Aquelas assumem uma relevância histórica fundamental pois são transversais temporalmente a um conjunto de acontecimentos e problemáticas, só compreensíveis tendo em conta a existência destas instituições. Para além da sua função assistencial, concretizada no cumprimento das catorze obras de Misericórdia, mas em particular na cura dos doentes e visita aos presos, como já foi assinalado (SOUSA, I. C., 1998: 71-74, 77, 81-86), estas confrarias constituíram-se, no domínio da sua atividade, como importantes promotoras de diferentes manifestações patrimoniais, com características próprias relacionadas diretamente com a sua natureza assistencial, com as suas devoções e com as dinâmicas do quotidiano fraternal. Esta atividade de promoção artística já nos mereceu uma abordagem (PINHO, J. B., 2012: 109-144)

Os espólios artísticos das Misericórdias, vistos no seu conjunto e tentando uma síntese global, possuem uma identidade própria. Esta especificidade na promoção artística confirma a necessidade de construção, individualização e afirmação de uma identidade institucional por parte das Misericórdias e que se queria diferente das outras instituições religiosas e seculares. As obras de arte, pelas suas características, possibilitavam o acesso generalizado ao conteúdo do programa caritativo e devocional das Misericórdias; constituíam-se como a expressão material e simbólica desse mesmo programa, ao serem exibidas ou utilizadas em locais e atos públicos. De modo semelhante, também a arquitetura encomendada pelas Misericórdias é reflexo da função para que estas confrarias foram instituídas e deve ser entendida no contexto mais alargado da produção e encomenda artísticas destas confrarias, em que outras manifestações, temas e morfologias são também particulares, procurando difundir a individualidade e autonomia da instituição.

1. AS MISERICÓRDIAS E A ARQUITETURA

Neste âmbito, queremos destacar a «Casa da Misericórdia»: a tipologia de arquitetura assistencial, construída de raiz ou adaptada, mais relevante durante a Idade Moderna em Portugal (PINHO, J. B., 2012). Com efeito, logo após a fundação, as Confrarias da Misericórdia tiveram a preocupação de dispor de um espaço construído que lhes garantisse a implementação da sua proposta caritativa e devocional; e esta foi uma das suas primeiras preocupações. No entanto, a instituição de uma Misericórdia raramente coincidiu com a construção de um edifício. No período correspondente à sua fundação e à

consolidação da sua atividade, as confrarias da Misericórdia instalaram-se inicialmente em espaços preexistentes e que não foram construídos para albergar a confraria (PINHO, J. B., 2012: 147-186 e 258-268). Esta realidade está seguramente relacionada com a celeridade com que as confrarias desejavam iniciar a sua atividade, assim como a falta de meios financeiros e do tempo necessário para que uma construção de raiz pudesse acontecer. De igual modo, realça-se a importância do espaço construído para o desempenho da atividade assistencial e para a gestão da confraria e, também, a forte dinâmica local, institucional e particular, religiosa e civil, verificada em torno da confraria. Dadas as suas características institucionais e funcionais, as confrarias da Misericórdia tinham necessidade de um edifício que associasse vários espaços que já identificámos nas suas características e funções (PINHO, J. B., 2012: 186-224): a igreja, espaço religioso, onde se realizam as celebrações litúrgicas inerentes ao quotidiano confraternal; a casa do despacho para a reunião dos oficiais que governavam a confraria; a sacristia e outras dependências de apoio à igreja; o cemitério ou espaço de enterramento dos doentes falecido; a enfermaria para assistir doentes e peregrinos; e ainda outros espaços designadamente onde guardar a documentação, onde armazenar as tumbas ou outros equipamentos e até um local onde armazenar cereais. Ou seja, um espaço onde se pudessem desenvolver todas estas atividades: com uma arquitetura adaptada a uma utilização específica, com múltiplas dimensões; por isso, um edifício composto por diferentes espaços, geralmente interligados entre si, criando planimetria, espacialidade e volumetria próprias. A expressão coeva “Casa da Misericórdia” está generalizada na documentação de inúmeras instituições espalhadas pelo país e é a terminologia que melhor define a realidade arquitetónica promovida por estas confrarias, adaptando-se perfeitamente ao conjunto coerente de vestígios que podemos atualmente visualizar e analisar, respeitando a identidade patrimonial das Misericórdias. Neste sentido, o conceito “Casa da Misericórdia” deverá ser adotado para designar os edifícios das Misericórdias, pois os edifícios eram concebidos como um todo, abandonando expressões como “igreja da Misericórdia”, “igreja e hospital da Misericórdia”, “igreja e casa do despacho”, quando está em causa um edifício comum. A Casa da Misericórdia é, assim, um edifício composto por diferentes espaços que serviam de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais, culturais e simbólicas protagonizadas por estas confrarias, por onde passava toda a dinâmica e vida das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal; embora podendo não corresponder a um projeto unitário e a uma mesma sequência cronológica. Será importante destacar a questão da escala. Na maioria das Misericórdias, todos estes espaços no interior dos edifícios eram de pequena dimensão, incluindo as próprias enfermarias e neste sentido, os edifícios, apesar de compostos por vários espaços, não eram construções monumentais.

Convém esclarecer que as Casas da Misericórdia podiam ser mais ou menos complexas, dependendo de vários fatores relacionados com a forma como cada confraria solucionou o problema da necessidade de um espaço edificado. O facto de muitas Misericórdias anexarem hospitais já existentes e com instalações próprias foi um dos fatores que concorreu para que esta realidade fosse tão díspar. Em muitos casos, estes edifícios hospitalares preexistentes encontravam-se distantes do local onde a confraria se instalou e, por isso, nestas situações o hospital não integrava o conjunto arquitetónico da Casa da Misericórdia.

2. A CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

A notícia documental mais antiga que refere a Misericórdia do Fundão refere-se a um alvará, datado de 30 de julho de 1582, da chancelaria de D. Filipe I, relativo ao conflito entre a Santa Casa da Misericórdia e Jerónima de Sousa por causa de um terreno (CUNHA, A., 1925: 35). Posteriormente, em 1595, a Misericórdia faz uma petição ao rei, pedindo autorização para usar o compromisso de Lisboa, em que diz: «elles usarão hate agora na dita misericórdia de hum compromisso velho que tinham o qual estava confirmado pelos Reis passados e por ser muito velho e antigo e gastado», o que, segundo Alfredo Cunha, remeterá para uma data anterior a 1580, pois, segundo o autor, a referência «reis passados» indicará, pelos menos, os reinados do Cardeal D. Henrique ou Filipe I (CUNHA, A., 1925: 17-18). Já Costa Goodolphim aponta uma data mais tardia para a constituição da confraria, indicando como fundadores o Dr. Domingos da Cunha († 1663) e a sua mulher D. Brites († 1683) (GOODOLPHIM, C., 1998: 142). Na mesma linha, Carlos Dinis da Fonseca indica 1646 para ano da fundação da Misericórdia do Fundão (FONSECA, C. D., s/d: 384).

Tal como outras Misericórdias, a do Fundão vai ocupar inicialmente uma pequena casa com portal oval no lugar conhecido por “Misericórdia Velha”, na Rua da Fonte Grande (GOODOLPHIM, C., 1998: 142), com existência documentada pelo menos desde 1615 e que, em data posterior, terá transitado para o atual edifício como se depreende do Tombo dos bens do concelho da Covilhã então elaborado (CONCEIÇÃO 1994). Este edifício constitui uma Casa da Misericórdia composta por igreja, sacristia, casa do despacho, quintal, hospital e outras dependências. Relativamente à organização espacial do conjunto edificado, o mesmo é definido perpendicularmente, um dos três modos de organização espacial das Casas da Misericórdia que já definimos (PINHO 2012: 277-278), com as dependências adossadas a um dos alçados laterais, mas organizadas num eixo de desenvolvimento perpendicular à igreja. É de registar que existem diferentes cronologias nos espaços que compõem o conjunto edificado; todavia, este facto não retira a unicidade que caracteriza esta tipologia arquitetónica, comprovada pelas diferentes ligações funcionais existentes entre os distintos espaços, por exemplo, entre a enfermaria e o coro, ou a casa do despacho e a igreja e ainda entre as dependências do piso térreo do edifício contíguo à igreja, onde se localiza a nova casa do despacho.

A localização urbana da Casa da Misericórdia do Fundão é privilegiada, tal como era prerrogativa das Misericórdias: integrada na malha urbana, no centro histórico e monumental; com fachada para o arruamento lateral à igreja matriz, junto dos locais de maior prestígio religioso; no Fundão, tal como na maioria das Misericórdias portuguesas, a opção foi claramente por uma elevada centralidade urbana (PINHO, J. B., 2012: 248-258).

Na sua maioria, embora caracterizadas por uma extrema simplicidade, compositiva e decorativa, própria dos valores chãos e vernáculos desta tipologia construtiva, as fachadas das Casas da Misericórdia, nomeadamente principais, serviam como veículos para a afirmação pública da individualidade da confraria. A Misericórdia do Fundão comprova esta realidade, designadamente pela inscrição que ostenta no portal principal: «Misericórdia». Este tipo de estratégia de afirmação de posse e de construção e afirmação de uma identidade institucional é utilizado de forma sistemática pelas confrarias da Misericórdia como podemos verificar em diferentes casos. As palavras ou textos inscritos, de diferentes naturezas, nas fachadas exteriores das Casas da Misericórdia, podiam variar entre a pequena e a grande dimensão, substituir ou associar composições figurativas relacionadas com as principais devoções confraternais, nomeadamente “N. Sra. Misericórdia” e “Visitação”; definiam inequivocamente os seus princípios assistenciais e devocionais; e plasmavam a identidade na sua face mais visível, a fachada exterior do edifício. Ia-

se da palavra «Misericórdia» a frases bíblicas relacionadas com a prática da caridade, sendo uma das mais comuns: «Beati misericordes quia ipsi misericordiam consequentur» (Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia) e já fizemos o seu levantamento exaustivo destas (PINHO, J. B., 2012: 319-327). No interior do edifício, destaca-se, pelo cuidado estético, o espaço da igreja devido à sua natureza sacral. No contexto das Misericórdias, as opções planimétricas das igrejas foram múltiplas. No Fundão, escolheu-se a planta retangular, com nave única, sem capela-mor enquanto espaço individualizado arquitetonicamente, apenas com um retábulo-mor no topo do alçado fundeiro. Neste sentido, assume-se como uma variante do modelo planimétrico mais popularizado entre as Misericórdias quinhentistas que já abordamos (PINHO, J. B., 2012: 330-334): planta retangular, com nave única, cruzeiro e retábulo no topo do alçado fundeiro. Este modelo foi também utilizado nas Misericórdias de Aljubarrota, Arouca, Azinhoso, Castro Vicente, Penas Roias e Pinhel.

O interior da igreja da Casa da Misericórdia do Fundão é marcado pelas campanhas de obras setecentistas, como foi habitual noutros edifícios de origens quinhentistas e seiscentistas, que conferem grande decoratividade ao espaço. Além disso, exhibe alguns elementos individualizadores e caracterizadores dos espaços religiosos no interior da Casa da Misericórdias. No caso do Fundão, ganham relevância dois aspetos no espaço da Casa da Misericórdia: a tribuna dos oficiais e a iconografia usada.

a) A tribuna dos oficiais

Trata-se de um dos equipamentos mais paradigmáticos destes espaços e tinha como função permitir que os oficiais, anualmente eleitos para a gestão da atividade da confraria, assistissem às celebrações realizadas na igreja de forma diferenciada relativamente aos restantes indivíduos. Este equipamento podia assumir diferentes morfologias: o vão, mais ou menos complexo, e o cadeiral ou a estrutura elevada, adossada a um dos alçados da igreja. Já observamos a tribuna dos oficiais, a sua função e a caracterização morfológica (PINHO, J. B., 2012: 410-437). No Fundão, a tribuna consiste num vão de perfil quadrangular definido por uma moldura em cantaria. Esta morfologia, bastante simplificada, surge, também, nas Misericórdias de Álvaro, Arouca, Batalha, Borba, Colares, Elvas, Évora de Alcobaça, Faro, Fundão, Golegã, Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha, Viana do Castelo, Vila Nova da Baronia e Vila Ruiva. Um outro aspeto particular da igreja da Casa da Misericórdia do Fundão é o facto de a tribuna se abrir no mesmo alçado onde se encontra o púlpito, situação também verificável, apenas, nas Misericórdias de Aljubarrota, Batalha, Terena e Vouzela. Esta partilha do alçado e também do espaço de acesso está relacionada com a localização da primitiva casa do despacho que seria sobre a sacristia e que, no século XIX, se transferiu para o novo edifício, que integrava os outros espaços, incluindo as enfermarias.

b) A iconografia usada

A iconografia usada assume grande importância no contexto das Misericórdias e dos edifícios por elas promovidos e associa-se de forma indelével às devoções privilegiadas por estas confrarias, que se repercutem nas festas anuais públicas que aquelas promovem e na forma como estas devoções marcam e definem o espaço arquitetónico dos edifícios. No âmbito destas devoções e festas, destacam-se a Visitação, a Nossa Senhora da Misericórdia e a Paixão de Cristo que, no caso do Fundão, surgem sob a forma de estatuária de vulto e pintura: «Nossa Senhora da Misericórdia», no altar-mor; uma tela da «Visitação» colocada num dos alçados da nave; e várias esculturas relacionadas com as temáticas da Paixão. Nossa Senhora e São João Evangelista integrariam um Calvário. O «Senhor Ecce

Homo», o «Senhor dos Passos» e o «Senhor Morto», vêm-se em altares laterais. Nestes dois últimos casos, existe uma implicação e um impacto espacial, com a abertura de um altar sepulcro e de uma capela, com tribuna, no alçado lateral da igreja. Situação semelhante ocorre nas Misericórdias de Castro Verde, Penamacor, Vila Ruiva e Buarcos.

3. CAMPANHAS DE OBRAS

Na documentação conservada no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, estão registadas várias campanhas de obras no atual edifício da Casa da Misericórdia, não sendo possível indicá-las todas exaustivamente, destacaremos as mais relevantes. Muitas das referências documentais, dado a tipologia da quase totalidade, livros de receita e despesa, são bastante genéricas e lacónicas. Os anos indicados nas nossas referências não correspondem a dois anos civis sequenciais, mas a um ano confraternal. O ano confraternal iniciava-se em julho de um determinado ano civil e concluía em junho do ano civil seguinte. Os livros de receita e despesa seguem esta lógica, por isso as referências incluem geralmente dois anos civis, embora se refiram apenas a um ano confraternal. Referimos, no entanto, os gastos em obras de manutenção (a); com mais detalhe, as intervenções de maior vulto, um conjunto de campanhas de obras entre os finais do século XVII e os finais do século XIX (b); e a aquisição de arte móvel (c).

a) Obras de manutenção

A maioria destas campanhas de obras remetem para intervenções que consideraríamos hoje de manutenção do edifícios designadamente concerto dos telhados (1713/1714, liv. 9, fls. 116v e 118v; 1717/1718, liv. 9, fl. 146v; 1725/1727, liv. 9, fls. 190v. e 216; 1749/1759, liv. 14, fl. 41; 1757/1758, liv. 14, fl. 57; 1866, liv. 45, fl. 8; 1876, liv. 45, fl. 145 e 1877 (liv. 45, fl. 167), esta incluiu também o concerto de uma parede da casa que ameaçava ruína e a caiação da sacristia (liv. 45, fl. 145); madeiramentos (1715/1717, liv. 9, fls. 134v. e 142v) e caiações (1715/1716, liv. 9, fl. 134v.; 1725/1726, liv. 9, fls. 191-191v; 1756/1757, liv. 14, fl. 53).

b) Intervenções de maior vulto

Uma das mais antigas intervenções data de 1671 e refere-se à construção do campanário e ao concerto dos telhados. Foram pagos os carreteiros que trouxeram a pedra (liv. 5, fl. 99), telha e cal (liv. 5, fls. 100-100v) e os pedreiros que fizeram a obra (liv. 5, fl. 100 v). Em 1674, registam-se obras de carpintaria na Casa da Misericórdia. São feitos pagamentos: a Manuel Oliveira por fazer o púlpito e as portadas da sacristia; ao imaginário Francisco Proença pelas grades do púlpito; a Ascenso Morais por rebocar a «casa do cabido» (ou casa do despacho); são ainda pagos o carpinteiro Domingos Rodrigues e outros carpinteiros (liv. 5, fl. 133). As despesas desta intervenção incluíam, igualmente, a aquisição de madeira, caibros e ripa para as obras (liv. 5, fl. 132 v). No ano de 1707/1708, foi intervencionado o pátio, com a colocação de calçada; as despesas incluíram a compra de vários carros de pedra (liv. 9, fl. 78v., 79v-80); e em 1711/1712, concertou-se a escada do púlpito (liv. 9, fl. 103). O forro da igreja foi renovado no ano de 1719/1720 (liv. 9, fls. 159v.-160). A sacristia foi sobradada em 1724/1725 (liv. 9, fl. 183) e, no mesmo período, concertada a varanda (ou tribuna dos oficiais) (liv. 9, fl. 185v). No ano seguinte, 1726/1727, o coro foi reforçado, pagando-se madeira e o trabalho dos carpinteiros (liv. 9, fl. 202). Já na década de trinta, 1735/1736, a igreja recebe um soalho novo, para o qual contribuiu uma esmola do provedor (liv. 14, fl. 4v). Em 1738/1739, realizam-se diferentes intervenções no espaço da Casa da Misericórdia, incluindo na enfermaria (liv. 14,

fl. 10v); comprovadas pelo pagamento a oficiais de pedraria e carpintaria e compra de materiais, tais como telha e o respetivo carreto e madeira para portas do pátio e escadas do coro (liv. 14, fl. 9). No início dos anos 50 do século XVIII, em 1749/1750, é composta a escada do coro (liv. 14, fl. 41) e, em 1752/1753, realizaram-se trabalhos de carpintaria na sacristia e enfermaria, tendo-se pago os salários aos carpinteiros e a madeira gasta (liv. 14, fl. 46v). Finalmente, no ano de 1759/1760, realizam-se pagamentos a um carpinteiro pela tarefa de compor a varanda (liv. 14, fl. 62v). No hospital, estão documentadas obras desde as primeiras décadas do século XVIII. No ano de 1719/1720, foram gastas verbas em madeira e carpinteiros para a realização de um concerto no hospital (liv. 9, fl. 159); e foi intervencionada, em 1724/1725, a casa da hospitaleira, com obra de carpintaria (liv. 9, fl. 183). Em 1735/1736, registam-se intervenções no hospital sob a designação genérica de «concertos» (liv. 14, fls. 3v e 7) e é colocada uma porta nova e ferragem na casa dos hospitaleiros (liv. 14, fl. 3v). Já em meados da centúria, no ano de 1756/1757, alguns pedreiros trabalharam na esquina e parede da enfermaria (liv. 14, fl. 53) e, em 1759/1760, compuseram a chaminé na casa da hospitaleira (liv. 14, fl. 62v). A par das obras na Casa da Misericórdia, a documentação do arquivo da confraria refere também várias intervenções na Capela do Calvário, relativas à renovação das coberturas no ano de 1735/1736 (liv. 14, fls. 3v. e 7) e, no mesmo período, à construção do alpendre, realizada por pedreiros de Monsanto e para a qual contribuiu uma esmola do provedor (liv. 14, fl. 4v). Já no século XIX são registadas substanciais campanhas de obras, designadamente na remodelação do edifício do hospital. Todavia, estas que elencamos, não foram as únicas:

- 1845-1846: lajeamento no hospital, concerto dos telhados, obras de pedraria; são despendidas verbas com os carretos de pedra, barro e madeiras, compra de madeiras, ferragens e pregagem, vidro, cal, telhas, gesso, óleos e tintas; procede-se aos pagamentos de carpinteiros, rebocadores, telhadores e pintores (liv. 30, fls. 7-10).
- 1846-1847: realizam-se pagamentos a rebocadores pelo concerto do telhado e rebocos da casa da arrecadação, ao pintor, pela pintura do coro dos homens e das grades do coro das mulheres, do púlpito e por retocar a pintura da casa do despacho; adquirem-se tintas, cal e barro para o embuço da casa da arrecadação (liv. 30, fl. 19).
- 1847-1848: nesta campanha, foram intervencionados a sacristia, a casa do púlpito, o púlpito, a fachada principal, o pavimento e o forro da igreja; foram realizados pagamento pela compra de materiais, designadamente madeiras, ferragens, vidros, telhas, cal, tintas e óleos, e pelo trabalho dos diferentes oficiais, como carpinteiros, rebocadores, pedreiros e pintores (liv. 28, fls. 199-206 e liv. 30, fls. 30-31).
- 1867 (fev.-mai.): realiza-se obra de carpintaria do hospital (liv. 45, fls. 15-16); compram-se ferragens e madeiras para as escadas (liv. 45, fl. 16), vidros (liv. 45, fl. 17); é realizado o nivelamento do terreno em frente ao hospital para que as águas não entreguem para dentro da casa (liv. 45, fl. 18); em maio, é arrematada a obra de pedraria da escadaria da entrada do hospital (fl. 18); adquire-se a madeira para a escada e pátio do hospital e pagam-se os jornais do carpinteiro (liv. 45, fl. 17), os balaústres para a escada (liv. 45, fl. 19). Em junho, decorre a obra do pátio do hospital, com pagamento a carpinteiros e compra de madeiras (liv. 45, fl. 20). Nos meses de agosto a novembro, as despesas recaem sobre caiadores (liv. 45, fl. 21); carpinteiros, para a conclusão da obra da entrada do hospital, e telhador que telhou a casa do hospital (liv. 45, fl. 22). Esta obra foi complementada em 1868 com a colocação da calçada em frente da casa do hospital (liv. 45, fl. 32), no mês de agosto, e das portas para o corredor da capela, em dezembro (liv. 45, fl. 36).
- 1869: intervenção na cozinha do hospital, com caiação, reboco e telhamento (liv. 45, fl. 42).
- 1878: foi colocada uma escada para a casa do despacho pelo carpinteiro Agostinho Alves, considerada uma obra «indispensável» e «urgente» (liv. 45, fl. 190).
- 1891: parte do edifício ameaçava ruína e os irmãos reunidos em mesa, no dia 29 de maio, consideraram a necessidade urgente de se fazerem indispensáveis concertos na capela da Misericórdia que, pelo seu estado, já não podia servir para as cerimónias religiosas (liv. 72,

fl. 58). Neste sentido, dão cumprimento a uma deliberação tomada na reunião dos oficiais de 11 de janeiro do mesmo ano, destinada a mandar chamar peritos para avaliarem o estado do retábulo, que se encontrava muito arruinado ao ponto de não se poder celebrar missa, e orçamentar a obra necessária (liv. 72, fl. 28). Após a organização e análise em mesa dos orçamentos necessários, apercebem-se da necessidade de fazer aprovar um orçamento suplementar (liv. 72, fl. 58). No mês de junho, os oficiais deliberam pedir ao governo do rei autorização para fazer um empréstimo para a concretização da obra ou fazer o levantamento dos fundos necessários para a mesma (liv. 72, fl. 61). No fim do referido mês, decide-se que 14 de agosto seria a data da arrematação das obras e como tal, solicitam a afixação dos respetivos editais (liv. 72, fl. 63v.). A ata da reunião da mesa de 14 de agosto relata a arrematação das diferentes componentes da obra: a obra pedraria, no valor de 190 mil reis é arrematada pelo pedreiro Joaquim da Costa (liv. 72, fl. 64v.); a obra de carpintaria, monta 92 mil reis e fica à responsabilidade do carpinteiro Francisco Correia (liv. 72, fl. 65); a obra de entalhador, atribuída ao artista Pedro José Ferreira, alcançou a importância de 160 mil reis (liv. 72, fl. 65); por fim, a obra de telhador, não foi arrematada por não haver concorrentes, indo novamente à praça a 28 do mesmo mês (liv. 72, fl. 65), nesse dia, foi arrematada por António Antonino pela quantia de 22.700 reis (liv. 72, fl. 65v.). Esta campanha de obras ficou registada com a inscrição da data de 1892 no portal principal.

c) Aquisição de arte móvel

Em termos artísticos eram igualmente realizados gastos com diferentes peças de arte móvel. Ainda no século XVII, em 1674, compra-se uma capa para o Senhor Ecce Homo (liv. 5, fl. 132 v). Já no século XVIII, em 1739/1740, foi adquirido um sudário (liv. 14, fl. 12v), uma vara para o provedor e uma tumba nova e o respetivo pano (liv. 14, fl. 13); em 1742/1743, e nos anos seguintes, realizam-se vários gastos com a bandeira nova, incluindo a pintura (liv. 14, fl. 18) e o trabalho do carpinteiro e torneiro para o caixilho, armas e cruz (liv. 14, fl. 27v). No ano de 1743/1744, a tribuna foi «remendada» por um imaginário (liv. 14, fl. 23v); em 1744/1745, procedeu-se à estofagem e encarnação das imagens de Santa Isabel e São João (liv. 14, fl. 28). Ainda relativamente à arte móvel, em 1745/1746, paga-se ao entalhador que fez o altar-mor, assim como o seu douramento (liv. 14, fl. 30), o carro da madeira para o a obra (liv. 14, fl. 30v.) e ao correio que trouxe a licença para o altar de Castelo Branco (liv. 14, fl. 30v.) Uma ata datada de maio de 1772, no livro da distribuição dos capelães (1686-1784), previa uma alteração a este retábulo com a realização de nichos, com vão suficiente e portas de vidraça, para acolher as imagens de Nossa Senhora e São João nas laterais do altar, de forma a que estas duas imagens e a do Ecce Home, atualmente num altar lateral, ficassem com a «decencia devida em público no altar da igreja»; esta obra deveria ser realizada com os sobejos da Casa (fl. 25). No ano de 1757/1758, o carpinteiro João Dias faz o armário da sacristia (liv. 14, fl. 57v.) e despende-se uma verba com os Santos Passos onde colaboraram pedreiros, carpinteiros e pintor, obra que vinha do ano anterior (liv. 14, fls. 60-60v) e que obteria licença apenas no ano 1759/1769 (liv. 14, fl. 62v).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto patrimonial da Misericórdia do Fundão é representativo das grandes problemáticas inerentes à produção arquitetónica promovida pelas Misericórdias e da sua especificidade artística. Designadamente, pela constituição de um conjunto edificado composto por igreja, sacristia, casa do despacho, enfermarias, quintal e outras dependências que serviam de base à atividade caritativa desenvolvida pela confraria e ao seu quotidiano confraternal. Com origens no século XVII, mas profundamente alterada nos séculos XVIII e XIX, a Casa da Misericórdia do Fundão regista, todavia, as tendências definidas no século XVI. O facto das campanhas setecentista e oitocentista, terem alterado a configuração do edifício, não comprometeram a unicidade que caracteriza esta tipologia arquitetónica, comprovada pela organização espacial do edifício e pelas diferentes ligações funcionais existentes entre os distintos espaços que compõem a Casa da Misericórdia. Destacamos ainda a complementaridade entre a arquitetura e a arte móvel e integrada, ao nível do programa artístico, que privilegia temáticas relacionadas com o desígnio assistencial e devocional das Misericórdias, funcionando simultaneamente como fator de diferenciação e afirmação da individualidade institucional das Misericórdias face a outras instituições religiosas e civis.

FONTES

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão

- Livro 1: [assentos de várias escrituras 1607-1655]
- Livro 2: [testamentos e emprazamentos de 1661-1670]
- Livro 5: Receita e despesa (1662-1680)
- Livro 8: [obrigações de dívidas]
- Livro 9: Receita e despesa (1707-1735)
- Livro 10: [Condenações] (1703-1797)
- Livro 14: Despesa (1735 - 1762)
- Livro 15: [Inventários] (1739-1802)
- Livro 18: [Eleições da mesa] (1730-1890)
- Livro 20: [Foros e juros (século XVIII) e doentes]
- Livro 21: Receita (1797-1806)
- Livro 23: Despesa (1807-1844)
- Livro 24: Receita (1807-1837)
- Livro 28: Receita e despesa (1838-1850)
- Livro 30: Receita e despesa (1845-1854)
- Livro 35: Receita e despesa (século XVIII)
- Livro 37: Receita e despesa (1857-1858)

- Livro 47: Atas das sessões (1869-1889)
- Livro 45: Receita e despesa (1866-1879)
- Livro 66: Receita (1888-1898)
- Livro 72: Atas das sessões (1890-1901)

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Margarida (1994). Edifício e Igreja da Misericórdia do Fundão. SIPA n.º PT020504170009. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana. [Acedido em fevereiro de 2018]. Disponível na internet: www.monumentos.pt.

CORREIA, Manuel Antunes (1971). Subsídios para a história da Misericórdia do Fundão: séculos XVI, XVII e XVIII. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Tese de licenciatura.

CUNHA, Alfredo (1925). A Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Porto: Oficinas de O Commercio do Porto.

FONSECA, Carlos Dinis (1996). História e Actualidade das Misericórdias. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L.

GOODOLPHIM, Costa (1998). Misericórdias. Lisboa: Livros Horizontes.

PAIVA, José Pedro (coord.) (2002-2011). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 9 vols. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.

PINHO, Joana Balsa de (2012). As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a Arquitetura quinhentista portuguesa, 3 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

SÁ, Isabel Guimarães (2001). As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Joaquim Candeias (2002). Concelho do Fundão: História e Arte, vol. 1. Fundão: Câmara Municipal do Fundão, 2002.

SOUSA, Ivo Carneiro de (1998). V Centenário das Misericórdias Portuguesas. s.l.: CTT-Correios de Portugal.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Doutora em Arte, Património e Restauro pela Universidade de Lisboa (2013), com tese sobre as Misericórdias Portuguesas e na Arquitetura quinhentista portuguesa. Licenciou-se em História, variante História da Arte (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995) e obteve o grau de mestre em Museus e Museologia (Universidade de Alcalá de Henares, 2011). Tem desenvolvido atividade profissional nas áreas de estudo, dinamização e valorização do património cultural e também como bolseira de investigação científica em diversos projetos. Desde 2012, integra, como investigadora e coordenadora, projetos desenvolvidos pelo CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias

(FLUL), onde coordena os gabinetes de investigação «Misericórdias e Instituições Similares: Assistência, Património e Cultura» e «IMAGINARES: Estudos de Arte e Património em Portugal na Época Moderna». É igualmente investigadora integrada do ARTIS – Instituto de História da Arte (FLUL). É autora de vários artigos e de comunicações em congressos publicados no âmbito da sua atividade profissional e de investigação, sendo as suas áreas de especialização: arquitetura quinhentista, estudos confraternais, história e arquitetura assistencial e história da construção. É membro da direção da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, desde 2013, e da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, desde 2014.